

Dia a dia

AVIS 141



Mata da Praia. O trânsito na Rua Demerval Lyrio, onde fica o Supermercado Perim, muda a partir de quinta-feira. Por 60 dias, um dos sentidos servirá para mão e contramão. **• PÁG. 5**

Cadeias cheias. Advogados particulares têm sido designados para defender réus que não podem pagar

Falta de defensores públicos faz Justiça ficar mais lenta

FÁBIO VICENTINI/ARQUIVO

Na Serra, que lidera as mortes na Grande Vitória, das seis varas criminais, três não têm defensores

GERALDO NASCIMENTO
gnascimento@redgazeta.com.br

■ A demora da Justiça em julgar acusados de crimes - apontada como uma das agravantes na superlotação das cadeias - encontra em pequenos entraves diários a dificuldade para passar a agir mais rápido. A falta de defensores públicos, a demora na confecção de laudos periciais e a ausência de testemunhas oficiais convocadas em júri são alguns deles, além da própria morosidade imposta pela legislação.

A juíza presidente do Tribunal do Júri da Serra, Carmen Lúcia Corrêa, aponta que menos de 30% dos julgamentos de assassinatos seriam realizados no município, no ano passado, se dependessem da Defensoria Pública Estadual. O município é um dos líderes em mortes na Grande Vitória, e, apesar de o tráfico motivar a maioria dos casos, as varas responsáveis pelos processos de homicídios e de crimes ligados a drogas não têm defensor.

Das seis varas criminais da cidade, três não têm defensores. A saída tem sido nomear profissionais dativos - advogados particulares designados para defender os réus que não podem pagar e que não têm como contar com os defensores públicos.

O problema é que essa nomeação acaba gerando adiamentos. Em geral, os advogados pegam o caso sem conhecer o



LOTAÇÃO. Com as varas de homicídios e drogas sem defensores, presos ficam mais tempo como provisórios, contribuindo com a superlotação carcerária

processo. E é nas varas de homicídios e drogas que se concentram mais presos. A dificuldade na realização da defesa desses acusados pode mantê-los mais tempo na prisão como presos provisórios, contribuindo com a superlotação carcerária.

SEM RECURSO

“No ano passado, nós fizemos 120 júris. Somente em novembro

Faltam profissionais

127
defensores

■ É o número atual de defensores públicos para as áreas criminal e cível em todo o Espírito Santo

e dezembro foram 60 julgamentos. Desses, 41 réus não tinham condições de pagar advogado, mas todos foram julgados com defensores dativos. Nenhum contou com a Defensoria Pública”, garantiu a juíza. “Encaminhei ofício para a chefe da Defensoria Pública, solicitando defensor. A resposta foi para que eu retirasse os processos de pauta, adiasse os julgamentos e aguar-

dasse a realização de concurso público”, destaca, observando que sem a nomeação de dativos a Vara da Justiça que cuida dos homicídios na Serra estaria com 80% a 90% de seus processos paralisados por mais de um ano.

A defensora-geral do Estado, Elizabeth Hadad, garante que a carência de defensores públicos em varas criminais de todo o Estado será resolvida com a entra-

da dos novos profissionais aprovados em concurso público. A defensora disse desconhecer o prejuízo aos julgamentos na Serra por falta de advogados públicos. Para agilizar outros procedimentos que também emperram os trabalhos do Judiciário, como a elaboração de laudos periciais, o governo deve contratar mais médicos peritos para exames de sanidade mental.

Réus não ficam sem assistência, diz defensora

A defensora-geral do Estado, Elizabeth Hadad, disse que concursados serão chamados

■ A defensora-geral do Estado, Elizabeth Hadad, afirmou que, apesar dos problemas em algumas varas criminais do Estado - que não têm defensores públicos atuando especificamente -, os réus, inclusive os que estão presos, não têm ficado sem assistência.

Segundo a chefe da Defensoria Pública, constantemente estão sendo realizados esforços concentrados para dar conta

dos processos em andamento ou defensores de outras varas atendem por designação - quando um defensor passa a responder por processos na vara onde existe a carência.

"Hoje, as varas criminais são prioridade. Temos 87% dos processos tramitando sob os cuidados da Defensoria. Dos 127 defensores na ativa, temos 89% dos defensores nas varas criminais. Os demais estão em outras áreas. O detalhe é que a demanda é crescente e está excessiva", explicou a defensora.

No próximo dia 18, devem ser nomeados 50 defensores aprovados em concurso, e esse efetivo será destinado, priorita-

riamente, para as áreas criminais. Com essas nomeações, todas as criminais passarão a contar com defensores públicos.

Especificamente quanto às dificuldades enfrentadas pelo Tribunal do Júri da Serra, que não têm contado com defensores para a realização de julgamentos, Elizabeth Hadad disse desconhecer essa situação.

"Temos feito um esforço sobre-humano para acompanhar a demanda que é muito crescente. É muito importante que os juízes comuniquem a falta de defensores. Mas com a admissão dos novos concursados, com absoluta certeza, isso estará sanado", ressaltou.

Policiais faltam com frequência às audiências

A ausência atrasa processo por meses; alguns policiais só vão quando há risco de prisão, diz juíza

■ Audiências judiciais em que se depende do testemunho de policiais - civis ou militares - têm sido remarcadas várias vezes até que o servidor compareça e preste depoimento no processo. Em alguns casos, o policial está de serviço e, inclusive, é convocado para operações no dia da audiência, segundo informações das varas criminais da Serra.

"São vários os casos em que são realizadas cinco, seis audiências, ao longo de mais de um ano, para se ouvir um único policial arrolado como testemunha, requisitado reiteradas vezes, mas que somente comparece na audiência quando ameaçado de prisão", observou a juíza Carmen Lúcia Corrêa.

Em geral, quando a testemunha é fundamental e falta à audiência, o espaço na agenda abre-se somente depois de dois ou três meses, atrasando o andamento do processo, piorando a situação, caso o réu esteja preso.

O testemunho de policiais, em muitos processos criminais, torna-se fundamental para o desfecho do caso na justiça.

A Secretaria de Estado da Segurança (Sesp) informou, em nota, que policiais arrolados como testemunhas de crimes participam desses processos como cidadãos e "a orientação da Sesp é de que toda e qualquer decisão judicial deve ser cumprida", informou a secretaria.

O quadro da Defensoria

■ **DEFENSORES.** Pela lei, o quadro da Defensoria Pública Estadual deveria ser de 269 defensores

■ **CONCURSO.** 50 novos defensores devem ser nomeados no próximo dia 18 e ocuparão, prioritariamente, varas criminais sem defensor

■ **SERRA.** Das seis varas criminais da Serra, três estão sem defensor público.

Dessas uma é a referente a homicídios e outra é a privativa de entorpecentes

■ **PROCESSOS.** 87% dos processos criminais estão a cargo da Defensoria Pública Estadual

■ **FORÇA-TAREFA.** A Defensoria realiza trabalhos concentrados para dar conta da demanda em processos criminais em todo o Estado

Presos em celas metálicas vão ser atendidos hoje

■ Os presos do Centro de Detenção Provisória de Cariacica (CDPC) - montado em contêineres, as chamadas celas metálicas - vão começar a receber a partir de hoje atendimento jurídico concentrado, que terá acompanhamento da Justiça e do Ministério Público.

O objetivo é verificar se há entre os detidos alguém que possa receber algum tipo de benefício, como a liberdade condicional. A unidade continua superlotada, com 480 presos e tem prazo até agosto para ser desocupada. O prazo para a desativação das prisões em contêineres foi acordado com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além do CDPC, as celas desse tipo que existem no Presídio Feminino de Tucum também devem ser desativadas em até quatro meses.

O trabalho concentrado foi acordado há quase um mês, quando o governo reuniu re-

Sistema prisional

6.512
vagas

■ É a quantidade de vagas que serão abertas até março de 2011, com a construção de 12 novas unidades prisionais, segundo o governo do Estado.

presentantes de outros poderes para traçar uma estratégia para enfrentar o problema da superlotação carcerária. A Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) informou que, semanalmente, tem aberto 146 vagas, em média. Mas a superlotação existe tanto em delegacias da Grande Vitória e do interior, quanto em unidades do Sistema Prisional subordinado à Sejus.

Demora na emissão de laudos atrasa processo

Há casos de exames de sanidade mental e de identificação de voz que estão sendo aguardados há meses

■ Alguns tipos de exames periciais podem levar mais de um ano para serem realizados a pedido da Justiça. O atraso paralisa o andamento de processos e mantém réus sem julgamento por mais tempo do que deveria.

Na Vara do Júri da Serra, a juíza Carmen Lúcia Corrêa disse que há pelo menos um caso de processo em que o réu aguarda um exame de sanidade mental há mais de um ano. Em outro ca-

so, um exame de identificação de voz está a espera da perícia há dois anos.

"Essa demora acontece independentemente se o réu está preso ou solto. Temos a informação de que há somente dois médicos psiquiatras para realização desses exames de sanidade mental, por exemplo".

Além da demora na realização de exames, outra dificuldade no andamento do processo, segundo a juíza, é a transferência de réus que são presos em outros estados.

O governo reconhece a demora na realização de laudos psiquiátricos, mas, em nota, informou que todos os pedidos

são atendidos. Como forma de agilizar os exames, foi autorizada a realização de concurso público para a contratação de seis médicos-perito psiquiatras.

Em relação aos laudos que são solicitados à Polícia Civil, o governo explicou que a emissão demora em função da complexidade. Quanto ao retorno de acusados de crimes que estão em outros estados, a informação é de que esse traslado necessita de autorização da Justiça do estado de origem e que isso leva, em média, três meses. Em muitos casos, ocorre demora na liberação, pois o acusado tem que participar de audiência na cidade onde está preso.